



AS ARTES DE GOVERNAR: O PROFESSOR SERIA O “NOVO PASTOR” A SERVIÇO DA MÁQUINA ESTATAL?

THE GOVERNMENT ARTS: IS THE TEACHER THE “NEW PASTOR” A SERVICE OF STATE MACHINE?

Túlio Pascal Rios dos SANTOS

Universidade Federal de Goiás, UFG

tulio_pascal@hotmail.com

Resumo. O que é governo e como governar são temas que, desde Platão e Aristóteles, a Filosofia tem se ocupado. O governo na Grécia antiga diverge, porém, de outras formas de governo, como é o caso dos hebreus, e da mesopotâmia em geral. Na Grécia antiga o que se governa são as cidades, em contrapartida, especialmente entre os Hebreus, não se governa estruturas políticas, um Estado, ou um território, o que se governa são os homens. A forma de conduzir os homens surge no Oriente pré-cristão e a estrutura de poder pastoral irá se desenvolver até a alta espiritualidade cristã sob a técnica da direção de consciência e exame da consciência. Diante do exposto, como parte do objetivo desse artigo, a direção de consciência será resgatada em sua forma helênica e cristã. Ou seja, o Estado moderno se configurou a partir das artes de governar da tecnologia do poder pastoral e mantém resquícios quanto à forma de governo das cidades gregas. Sendo esse mecanismo de governo uma nova forma do poder pastoral, é necessário investigar quais profissões poderiam reclamar para si o título de pastor? A partir desses pressupostos o foco da comunicação recai no debate da função do professor de Filosofia. Trata-se de investigar se o professor de Filosofia está contribuindo através do governo dos outros, para o governo de si, ou está apenas cumprindo normas impostas pelo Estado com intensões de assujeitamento? Tal como o “pastor” que governa os homens para que este esteja passivo e submisso a uma dada autoridade, o que resulta no estado de sujeição e obediência integral. Será que o ensino da filosofia está ainda ligado as práticas de governo da espiritualidade cristã? Será que o professor de Filosofia molda subjetividades de acordo com a normalização do Estado?

Palavras-chave: Poder Pastoral. Formação de Professores. Ensino de Filosofia.

Abstract. What the government is and how to govern are a theme that, since Plato and Aristotle, the philosophy has been occupied its time. The government in ancient Greece differs, however, of other forms of government, as is the case of the Hebrews and Mesopotamia in general. In ancient Greece what is governed are the cities, nevertheless, especially among the Hebrews, it does not governs political structures, as a State, or a territory, men are governed. The way of conducting men arises in pre-Christian Orient and its structure of pastoral power will develop itself from high Christian spirituality, under the technical direction of consciousness and examination of conscience. In presence of the exposed, as part of the purpose of this article, the direction of consciousness will be rescued in its Hellenic and Christian form. In other words, the modern State configured itself from the arts to govern of the pastoral power's technology and maintain remnants in relation of form of government of the Greek cities. Being this mechanism of government a new form of pastoral power, it is necessary to investigate which professions could claim to themselves the title of pastor. From these assumptions, the focus of communication relapses in the debate about the role of Philosophy teacher. It is about investigate whether Philosophy teacher is contributing through of the others government, or is just enforcing standards imposed by the State with subjection intentions. Such as the "pastor" who governs men so that they are passive and submissive to a given authority, which results in the state of subjection and full obedience. Is the Philosophy teaching still linked on the practice of governing of Christian spirituality? Does Philosophy teacher shapes the subjectivities according to the State's normalization?

Keywords: Pastoral Power. Teacher Training. Philosophy Teaching.

1 O GOVERNO DAS CIDADES E DOS HOMENS

O que é governo e como governar são temas que desde Platão e Aristóteles vem ocupando um espaço considerável na história da filosofia política. Como veremos concepção Grega em geral a respeito do que é governar diverge profundamente de outras noções como a Hebraica e a Egípcia. Existe uma literatura milenar de onde é possível buscar os sentidos da palavra governo, que por sua vez diferem do sentido político. Tal significado especificamente encontra-se de modo diferente na Mesopotâmia com o Egito e ao norte da Palestina com os Hebreus. Nessa literatura milenar a palavra “governo” relaciona-se ao governo das almas, a promessa de paraíso e a salvação. Com efeito, o magistrado, portanto, o homem político e o governo religioso constitui assim uma antítese. Através de um resgate semântico bastante geral feito por Michel Foucault através da consulta a dicionários franceses podemos verificar que as artes de governar arcaicas da espiritualidade oriental são divergentes da forma política, sobretudo, a partir do século XVI, no Ocidente. Para falar das duas formas de governar, a oriental, e a grega, é necessário levarmos em conta que em um sentido bem genérico, governar significa dirigir, direcionar o outro, comandar a si mesmo, se guiar ou ser guiado em um dado caminho.

Há outros sentidos para a origem da palavra, como o significado de subsistência alimentar. Foucault cita um texto para assinalar essa forma: “Trigo suficiente para governar Paris por dois anos” (FOUCAULT. 2008. Pág. 163). O trigo é a subsistência da cidade, e governa a alimentação dos habitantes. Há também o significado moral onde “governar” pode ser “conduzir alguém”, pode se dizer “governar” significando “impor um regime a um doente”. Nessa última perspectiva o médico governa o doente, ou ele mesmo se governa quando impõe a si mesmo certos escrúpulos. Ainda, por fim, há um sentido de “relação verbal”; governar a alguém pode ser falar com outrem, entreter uma conversa, governar um diálogo. Ademais, convém interrogar, qual a figura física que governa? Se é que seja possível indagar de quem é essa função. No Egito e no povo Hebreu essa figura está ligada ao pastor. O deus é um pastor. No caso do Egito podemos sustentar a afirmação com o seguinte hino egípcio; “*Ó Rá, que velas quando todos os homens dormem, que procuras o que é benéfico para teu rebanho*” (FOUCAULT, 2008, p. 171). Especificamente a respeito dos Hebreus, o deus pastor assume um papel de maior relevo. É entre os hebreus que o tema do pastorado irá se intensificar e no ocidente precisamente a pastoral tem seu início e seu maior grau de desenvolvimento com o cristianismo a partir do século III¹.

Quanto ao Cristianismo, na sua alta espiritualidade - que abarca os séculos II, III e IV – a noção de governo é ainda mais desenvolvida e é acentuadamente diferente da noção grega. Doravante, antes de nos determos à tecnologia do poder pastoral, cabe mostrar as divergências entre a forma de governar grega e cristã. Se o deus do oriente, como dito, é um pastor, que exerce sua soberania pela tecnologia pastoral, que tem suas especificidades, suas técnicas, suas regras, suas leis, seus procedimentos, ele se encontra em oposição ao deus grego que se ocupa em governar a cidade. Na Grécia governam-se os indivíduos apenas na medida em que esses se encontram habitando as cidades, ou seja, simplesmente de forma indireta. Postulação que devemos considerar para manter a distinção genealógica da palavra “governo”. Afinal, a palavra em sua origem não está ligada a um sentido político. Foucault explicita que trata-se de governar os homens. Vejamos: “Nunca se governa um estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são sempre homens, são indivíduos ou coletividades. [...] Os homens é que são governados”. (FOUCAULT, 2008, p. 164). Podemos considerar a metáfora do barco para esclarecer

¹ É necessário demarcar uma sutileza que ocorre no interior da tecnologia do poder pastoral. Há uma distinção entre o poder pastoral hebraico e o poder pastoral cristão. Foucault encontra a origem do poder pastoral na Mesopotâmia e ao norte da Palestina, entre os Hebreus. No entanto essa arte arcaica de governar será apropriada e desenvolvida pelo cristianismo. Portanto, quando nos referirmos a *pastoral cristã*, estaremos localizando o poder pastoral em suas mutações recebidas após o advento do cristianismo. (Conferir um livro intitulado *Foucault e o cristianismo* organizado pelos pesquisadores; Cesar Candiotto e Pedro de Souza, publicado pela editora autêntica em 2012. Trata-se da primeira obra publicada no Brasil que traça as relações de Foucault com o cristianismo).

como, então, se a palavra governar diz respeito à condução dos homens, como então se dirige uma cidade?

[...] É a própria cidade, que é como um navio entre os escolhos, como um navio em meio a tempestade, um navio que é obrigado a bordejar a fim de evitar piratas, os inimigos, um navio que tem de ser levado a [um] bom porto. O objetivo do governo, aquilo sobre o que recai o ato de governar, não são os indivíduos. O capitão ou o piloto do navio não governa os marujos, governa o navio. É da mesma maneira que o rei governa a cidade, mas não os homens da cidade (FOUCAULT, 2008, p. 165).

O propósito dessa passagem consiste em tentarmos pontuar o governo dos homens da igreja cristã e o da cidade por parte dos gregos. Em síntese, Foucault salienta tal dicotomia: “Porque nunca, entre os gregos, vocês encontrarão a ideia de que os deuses conduzem os homens como um pastor pode conduzir seu rebanho” (FOUCAULT, 2008, p. 168). É inútil insistir nessa antítese grega-cristã, uma vez que poderíamos nos perder em uma dialética sem fim. O que nos interessa é marcar claras distinções entre os gregos e a igreja cristã e respectivamente sobre suas formas de poder. A razão de ser dessas demarcações é bem objetiva; *o poder pastoral em junção com o poder político é o sustentáculo do exercício de poder do ocidente moderno.*

Podemos nos assustar ao ver que na literatura grega palavras como “apascentar”, “pastor”, “pai”, tem certa relevância. Mas, no entanto cabe citar Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco* para sustentar a hipótese de que nos gregos a noção de governar aponta para a estrutura da cidade e a preservação da mesma.

Ora, a Política (...) que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar (ARISTÓTELES, 1991, 1094b. grifo nosso).

Como já foi dito, o governo não é um Estado, nem uma estrutura política. Em Aristóteles é evidente que o fim maior da legislação não é o homem, mas sim o Estado e a preservação do mesmo. Nesse sentido, a ciência política é que vai se ocupar com o estado, e em oposição, a pastoral, com os indivíduos. Ou seja, o homem político cuida da disciplina dos corpos enquanto o pastor irá zelar das almas. O homem político é diferente do pastor. Foucault o define;

Seu papel seria agora o de tecer um tecido sólido para a cidade. Ser homem político não queria dizer alimentar, cuidar e educar sua primogenitura, mas associar: Associar diferentes virtudes; associar temperamentos contrários (Fogosos ou moderados), servindo-se da “lançadeira” da opinião popular. A arte real de governar consistia em reunir os vivos ‘numa comunidade que repousa sobre a concórdia e a amizade’, tecendo assim ‘o mais magnífico e o melhor dos tecidos’. Toda a população, ‘escravos e homens livres, envolvidos em suas dobras’(FOUCAULT, 1979 p.. 34).

Embora possamos conceber na literatura pitagórica a concepção de que o magistrado ou o homem político é um *Philánthropos*², e que tem zelo pelo outro tal como o pastor, Foucault na *aula de*

² A palavra *philánthropos* aparece entre os pitagóricos. Significa alguém que ama seus administrados, que ama os homens, que não é egoísta, é cheio de zelo e de solicitude. Essa característica nos coloca um problema: Se para os gregos o governo

15 de Fevereiro de 1978 é contundente ao tentar afastar a noção de pastorado da Grécia. Afirma o filósofo: “essa tradição pitagórica é uma tradição, se não marginal, em todo caso limite” (FOUCAULT, 2008, p. 183). Mais adiante sentencia: “Esse tema está absolutamente limitado aos pitagóricos” (FOUCAULT, 2008, p. 184). Em suma, esse posicionamento classificatório entre o pensamento grego e o cristão, se ele nos é caro, é para preservar a ideia do surgimento da pastoral no ocidente através do cristianismo propriamente, e não através da Grécia, sem deixar, é claro, de constatar as apropriações cristãs feitas do mundo helênico. Essa estrutura de exercício do poder no ocidente que é tão única se derivou do pastorado e o

homem ocidental aprendeu durante milênios o que nenhum grego sem dúvida jamais teria aceitado admitir, aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas. Durante milênios, ele aprendeu a pedir sua salvação a um pastor que se sacrifica por ele”. (FOUCAULT, 2008, p. 174)

2 A TECNOLOGIA DO PODER PASTORAL E O PASTOR

Por mais que o mecanismo pastoral tenha entrado em crise no século XVI, ele não foi totalmente liquidado, tendo se desenvolvido em estruturas ainda mais complexas e sutis. Na história “houve revoluções anti-feudais, nunca houve uma revolução anti-pastoral”. (FOUCAULT, 2008, p. 199). Apesar das insurreições no século XVI - sobretudo as camponesas e a protestante - a pastoral ainda assim tornou-se mais intervencionista, nunca antes influenciara tanto a vida material e temporal.

Essa forma de governar os homens, oriunda da religião, é uma ideia de governo “cuja origem deve ser buscada no oriente, num oriente pré-cristão, e no oriente cristão depois”. (FOUCAULT, 2009, p. 166). Um regime religioso antigo que perpassa a Idade Média e atinge o ocidente moderno. Considerando a partir da alta Idade Média (séculos VI a IX) podemos perceber os desdobramentos da pastoral, sob a economia das almas e a partir das diversas técnicas que a igreja cristã absorveu do mundo helênico. A figura central dessa arte de governar é o pastor. Ele deve governar os homens tal como Deus governa a natureza. Vejamos a sua grande relevância em contraste com a função do homem político:

O chefe político apazigua as hostilidades na cidade e faz prevalecer a unidade (...) o pastor reúne os indivíduos dispersos pela a sua voz. Basta que o pastor desapareça para que o rebanho se disperse. Enquanto na Grécia antiga o bom legislador instituía boas leis e a cidade continuava fortificada mesmo sem ele (FOUCAULT, 1979, 25; grifo nosso).

O pastor faz de tudo pela totalidade do seu rebanho e por cada ovelha. A pastoral “é um poder individualizante” (FOUCAULT, 2008, p. 172). Por definição, a individualização força o indivíduo a voltar-se para si mesmo e o liga em sua identidade de maneira coercitiva (FOUCAULT, 1982).

O pastorado tinha efeitos individualizantes: ele prometia a salvação a cada um e de forma individual; ele implica a obediência, mas como uma relação de indivíduo com indivíduo, garantindo pela a própria obediência a individualidade; ele possibilitava que cada um conhecesse a verdade; melhor, a sua verdade. O homem ocidental é individualizado através do pastorado, na medida em que o pastorado o leva à salvação que fixa sua identidade por toda a eternidade, em que o pastorado o sujeita a uma rede de obediências incondicionais, em que ele lhe inculca a verdade de um dogma no momento mesmo em que lhe extorque o segredo da sua verdade

trata-se de governar a cidade como justifica que possa haver entre os gregos tal interesse pelos homens? No entanto, se houver entre os gregos a concepção de governo dos homens ela está reduzida exclusivamente aos pitagóricos.

interior. Identidade, sujeição, interioridade: a individualização do homem ocidental durante o longo milênio do pastorado cristão foi realizada à custa da subjetividade. Por subjetivação. (FOUCAULT, 2008, p. 310).

A individualização, como as demais técnicas da pastoral, tornam-se mais complexas na modernidade de tal modo que leva Foucault a dizer que o estado é “como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral”. (FOUCAULT, 1982, p. 7) Não podemos supor que o Estado moderno se constituiu de maneira a sobrepor o indivíduo; o Estado existe por si só. Foucault o define como uma estrutura muito articulada onde os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: “que [sua] individualidade fosse moldada numa nova forma e submetida a um conjunto de modelos muito específicos”. (FOUCAULT, 1982, p. 7). A individualidade do sujeito é constituída em sua subjetividade na medida em que integra e se assujeita a esses “modelos específicos” de subjetivação. É necessário, portanto, a libertação não somente do Estado, mas da imposição de uma individualização que nos foi posta por vários séculos. Ou seja, libertação é um espaço possível para “promover novas formas de subjetividade”. (FOUCAULT, 1982, p. 8).

3 DA PASTORAL DAS ALMAS AO ESTADO POLÍTICO

No Estado político há uma nova perspectiva de condução dos homens. Não apenas por individualização, como no pastorado, mas ademais, pela totalização. Ao homem político não é viável que demande cuidados singulares com cada indivíduo. A totalidade e a individualização, observa Foucault, desenvolveu-se por meio de mecanismos complexos, pois é unicamente na sociedade ocidental que essas duas técnicas tão astutas estão presentes em conjunto num “duplo constrangimento” – (Totalização e Individualização). A razão de Estado, cujo fim tem sua própria conservação e sua permanência, passa a vigiar não apenas o território. Por meio da polícia o Estado se ocupa agora com o homem. *Governar a todos e a cada um* é então possível porque a “polícia governa não pela lei, mas intervindo de modo específico, permanente e positivo na conduta dos indivíduos”. (FOUCAULT, 2006, D.E. V p. 315). Portanto, a polícia é uma profissão de um novo poder pastoral. É preciso ter em mente que a palavra “Polícia”, assume, na razão de Estado um papel diferente do que se entende por polícia hoje. Ora,

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de “polícia” o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças. (FOUCAULT, 2008, p. 421).

O Estado, apesar de guardar resquícios da *Techné technón* - a tecnologia do poder pastoral – não nasceu dessas artes de governar, como as técnicas de governar os homens não nasceram no século XVII. (FOUCAULT, 2008, p. 162). Foi por uma nova tecnologia que o Estado adquiriu a forma que conhecemos. Aplicando a economia familiar em nível estatal, a estatística, o cálculo, a demografia, a razão de Estado se tornou muito mais sofisticada.

4 O ENSINO DE FILOSOFIA: O PROFESSOR SERIA O “NOVO PASTOR” A SERVIÇO DA MÁQUINA ESTATAL?

Como vimos, o Estado moderno não nasce numa tentativa de sobrepujar o indivíduo. É precisamente o contrário. Desde que se concorde com os “modelos específicos” de subjetivação o indivíduo integra-se às custas de sua própria identidade. O sujeito é objeto de interesse do Estado. Ele “lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como lhe exige morrer” (FOUCAULT, 2006, p. 308.). Dessa maneira, o sujeito irá se constituir sob algumas técnicas cristãs remanescentes, como a direção de consciência e a extração da verdade. Assim como na confissão cristã, a extração da verdade de si mesmo tem um papel primordial para a obediência integral no âmbito da razão de Estado. A verdade irá circular pelas mais variadas estratégias do discurso.

A ‘verdade’ está centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem [...]. É produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidades, exército, escritura, meios de comunicação). Enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)” (FOUCAULT, 2000, p. 13; grifos nossos).

A subjetividade torna-se fabricada, por um processo de sujeição onde o indivíduo “é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta” (FOUCAULT, 2008, p. 243). Novamente, podemos nos reportar às formas grega e cristã e apontar distinções entre o governo de si e dos outros. O governo de consciência do modelo grego era direcionado por um filósofo. O indivíduo examinava todas as noites sua consciência para adquirir controle de si mesmo, e fosse então senhor de si. A direção de consciência grega, além de ser episódica, era como um consolo quando o outro passava por dificuldades, não era uma direção permanente. Ela faz com que o indivíduo se torne apático às perturbações da alma e, com isso, controlava a si mesmo pela renúncia dos prazeres do corpo. No cristianismo, a direção de consciência é absolutamente obrigatória, constante e permanente, recaindo sobre tal procedimento uma obediência total. O exame de consciência levada a cabo no cristianismo é um instrumento para extrair a verdade. Só se examina sua consciência para dizer ao diretor uma verdade. A verdade sobre si mesmo está, portanto, ancorada na dependência do dirigido para com o diretor. Ser um diretor de consciência na tecnologia pastoral exige conhecer o outro, seus pensamentos, seus sentimentos, suas tentações, seus pecados, sua relação com a santidade, e ter a capacidade de dirigi-lo.

Tal como o diretor de consciência, a polícia governa, de forma permanente, intervindo na conduta dos indivíduos. Se a polícia é um novo pastor – ou ao menos vestígios que podem indicar que o poder pastoral ainda perdura na modernidade introjetado na política - quem mais poderia reclamar para si o título de pastor? Foucault levanta outras profissões pastorais:

O agricultor, o padeiro é um rival do rei, é pastor da humanidade. Mas o médico que trata os que estão doentes também é pastor, exerce função de pastor, o professor de ginástica, o pedagogo que cuida da boa educação das crianças, da sua saúde, do vigor do seu corpo, da sua aptidão, estes também são pastores em relação ao rebanho humano. Todos podem reivindicar ser pastores e, portanto, são rivais do homem político (FOUCAULT, 2008, p. 191).

O pedagogo, o professor, que cuida da educação dos outros, também não estaria permanentemente interferindo na conduta e na subjetividade dos seus alunos? Assim, como a polícia, que é uma estratégia de controle do mecanismo estatal, o professor não estaria exercendo tal função de pastoreio?

Assim como um preceptor, o professor tem por atribuição fazer com que seu orientando tenha uma formação ética, além de transmitir o conteúdo de sua disciplina e de formar segundo uma ética, tem por dever de lei, a formação de um pensamento crítico e autônomo. Veja o que a LDB diz a respeito de suas funções em sala de aula: “O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a *formação ética* e o desenvolvimento da *autonomia intelectual* e do *pensamento crítico*” (LDB, capítulo II – Da educação básica; seção IV – Do ensino médio; artigo 35, inciso III. Grifo Nosso). Se o Estado, como aponta Foucault, se interessa pelo indivíduo quando este pode fazer alguma coisa pelo poderio do próprio Estado, é necessário então que se fabrique indivíduos que sirvam a essa lógica estatal. A instituição escolar na medida que tem uma certa relevância na sociedade passa então ser uma ótima indústria, onde nela se fabrica subjetividades que sirvam para o Estado. Então, a formação ética, crítica, e autônoma, interessa sim ao Estado, desde que, o que se entenda por essa “formação” seja normatizada e regida pelo Estado. Se a educação é a oportunidade de ascensão social, torna-se o objetivo a ser alcançado pela sociedade, logo a escola é por sua vez uma instituição de grande alcance. Dentro desse aparelho regido por uma razão normativa a relação entre dirigido e diretor se torna ainda mais eficaz para o assujeitamento. É na função do professor que a razão de Estado irá buscar aplicar a direção de consciência cristã. Por meio de aulas, avaliações, o professor transmite e extrai a verdade. Como sabemos, essa prática cristã não tem outra finalidade. Se não esta: o estado de obediência total.

O aluno é inculcado a obedecer, segundo a “verdade” transmitida pelo professor. Esse procedimento, do qual o aluno é submetido em sala de aula, se assemelha com a prática cristã de direção de consciência, na medida em que o professor governa o outro não para que ele aprenda a governar a si mesmo, mas para que o outro se torne ainda mais dependente deste. Por conseguinte, para que seja passivamente conduzido pelos outros. É necessário que o professor extraia a “verdade” do aluno. A verdade de si mesmo, para que esta possa ser moldada segundo a necessidade de conservação e de aumento das potencialidades do próprio Estado.

Diante do exposto, como pensar o ensino da Filosofia? A atividade filosófica, por estar ligada à espiritualidade,

postula que a verdade jamais é dada de pleno direito ao sujeito. (...) Postula a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme, se desloque, torne-se, em certa medida e até certo ponto, outro que não ele mesmo, para ter direito ao acesso à verdade. A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito (FOUCAULT, 2011, p.16).

Podemos sugerir uma definição para a espiritualidade, a partir do que Foucault observa. “Espiritualidade’ (é) o conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as ascetes, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência, etc., que constituem, não para o conhecimento, mas para o sujeito, para o ser mesmo do sujeito, o preço a pagar para ter acesso à verdade”. (FOUCAULT. 2011. Pág.15). O ensino da Filosofia está ainda ligado à espiritualidade na medida em que o professor postula que o aluno só tem acesso à verdade por intermédio do mesmo. A verdade do conhecimento só é dada ao aluno sob a condição de que este se modifique, segundo preceitos pedagógicos que são alheios a emancipação intelectual. Ademais, a espiritualidade postula que o sujeito não é capaz de verdade, mas que essa verdade pode salvá-lo, e configurá-lo. É o ensino dessa espiritualidade, sobretudo a cristã, que interessa, para a máquina Estatal. Pois o professor, ensinando, segundo essa perspectiva irá transfigurar a subjetividade de seu aluno, modulando-a conforme a necessidade do Estado. O ensino da Filosofia, ligado a espiritualidade cristã, resulta em um estado de obediência integral, de passividade, suprimindo o governo de Si, e conseqüentemente, o governo dos outros. Pois para exercer atividade sobre o outro é necessário antes, governar a si mesmo.

Ou seja, para ter acesso a essa “verdade”, é necessário à destruição do próprio “Eu”, para que ele se modifique, segundo a formação ética, crítica e autônoma que o professor lhe incute. A colonização cristã do ocidente, inevitavelmente, ainda atinge as práticas de ensino que, estrategicamente são apropriadas pelo Estado.

Bem, o que apresento aqui é uma hipótese de trabalho, é uma possibilidade teórica a ser investigada. Dirá Foucault, “O trabalho teórico não consiste em estabelecer e fixar um conjunto de posições sobre as quais eu me manteria e (que), na sua suposta ligação coerente, formaria um sistema”. (FOUCAULT. 1980. Do governo dos vivos. Excerto da aula de 30 de janeiro de 1980).

REFERÊNCIAS

_____. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. – 3ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010a.

_____. *Ditos e escritos V, Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa.-2ed.-Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *O governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980* (excertos). Organização de Nildo Avelino. São Paulo: Editora Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Huber L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica- para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do Poder*. 15. Ed. Organização e introdução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *“Omnes et singulatim” Para uma crítica da razão política* 1º edição. Editora: Nephelibata – São Pedro de Alcântera –SC, 2011.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 4. ed. — São Paulo : Nova Cultural, 1991. — (Os pensadores; v. 2).

CANDIOTTO, Cesar. *Foucault e a crítica da verdade*. 2. Ed. Belo horizonte. Autêntica editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. 1. Ed. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

MENEZES, Leandro. *Uma análise da trajetória das artes de governar no pensamento de Michel Foucault*. 2011 UFG. (Dissertação de mestrado).

MINI BIOGRAFIA

Túlio Pascal Rios dos Santos (tulio_pascal@hotmail.com)



Graduando em Filosofia pela UFG, bolsista do programa de iniciação à docência (PIBID/CAPES) desde Outubro de 2012. Três comunicações realizadas em 2013: i-USP no *XVI encontro nacional de Pesquisa em Filosofia*; ii-UFG, na *XX Semana de Filosofia da UFG/XV Semana de Integração: Graduação e Pós-graduação*; iii-IFG, Campus Cidade de Goiás *XI Festival de Artes de Goiás – Artes, Filosofia e Experiências Estéticas*. Duas comunicações realizadas em 2014: i-UFG, Campus Cidade de Goiás - *I Congresso de Filosofia da Cidade de Goiás e V Eu penso*; ii-UFG, *XXI Semana de Filosofia e XVI Semana de Integração: Graduação/Pós-Graduação*.